



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO**  
Gabinete da Presidência

**ATA DA 3ª REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA - RAE / 2019**

No dia trinta de setembro do ano de dois mil e dezenove, às 14 h, na sala de reunião da Diretoria-Geral do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região, no 13º andar, da Avenida do Contorno n.4631, reuniram-se os seguintes integrantes do Grupo Estratégico, Douglas Eros Pereira Rangel, Diretor-Geral, Telma Lúcia Bretz Pereira, Diretora Judiciária; Márcia Cristina Utsch Moreira, representando a Secretária-Geral da Presidência; Vinicius Moreira de Lima, Assessor da Vice-Corregedoria Regional; Denise Maria Reis Grego, Secretária de Apoio Judiciário; Ana Rita Gonçalves Lara, Diretora de Administração; Gilberto Atman Picardi Faria, Diretor de Tecnologia de Informação e Comunicações; Walter Augusto de Matos, Diretora de Orçamento e Finanças, em exercício; Flávia Dantês Macedo Neves, Diretora de Gestão de Pessoas, Ana Helena Duarte Timponi, Secretária do PJE, e-Gestão e Tabelas Unificadas, Enzo Giovanni Barbieri, Coordenador da Comissão auxiliar da Diretoria do Foro de Belo Horizonte, Antônio Cláudio dos Santos Rosa, Secretário de Controle Interno e Bruno Pereira Boaventura Torrozo, Secretário de Gestão Estratégica, em exercício. Além dos integrantes do grupo estratégico acima mencionados, participaram também, André Luiz Morais Mascarenhas, Secretário de Licitações e Contratos e os seguintes servidores: Patrícia Helena dos Reis, Liegia Maciel de Oliveira, Juliana Aparecida Ribeiro, Rainier Felipe Lacerda de Andrade, Victor Aubin Verzani Souza, Thais da Costa Cruz, Renata Franco Nunes e Michael David de Souza Dutra da Secretaria de Gestão Estratégica e Hitalo Fernandes Mine Diniz da Secretária de Controle Interno. Os trabalhos foram abertos pelo Secretário de Gestão Estratégica, em exercício, Bruno Pereira Boaventura Torrozo, que agradeceu a contribuição das mais diversas unidades para o preenchimento das informações referentes ao Prêmio CNJ de Qualidade. Na sequência Patrícia Reis, Chefe da Seção de Planejamento e Estatística apresentou a pauta: Resultado do 2º quadrimestre de 2019 subdivididos em: análise da estratégia desempenho das metas e indicadores nacionais e análise estatística dos resultados, e portfólio de projetos estratégicos; planilha de acompanhamento das metas e definição sobre a forma de apresentação das informações relativas ao IGOV, IGOVTI e IGOV Pessoas. Patrícia Reis esclareceu que os resultados, como ocorrido na RAE anterior serão apresentados tendo por ponto de referência os objetivos estratégicos, como forma de aprimorar as avaliações. Após, apresentou os resultados do Plano Estratégico do Regional, destacando que o percentual de objetivos estratégicos que tiveram as metas relacionadas alcançadas foi de 57%, desempenho superior ao do primeiro quadrimestre de 2019, cujos valor foi 43%, 22% dos objetivos obtiveram metas parcialmente alcançadas, 21% de metas relacionadas não alcançadas. Para oferecer dados mais detalhados, Patrícia Reis passou a descrever a situação dos indicadores estratégicos, destacando que 62% tiveram suas metas cumpridas, 11%



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO**  
Gabinete da Presidência

ficaram com as metas próximas dos valores estipulados para cumprimento, 5% dos indicadores não tiveram suas metas cumpridas e 22% ficaram sem aferição, por impossibilidade e/ou periodicidade da medição, sendo que o desempenho foi melhor em relação ao primeiro quadrimestre de 2019, cujos valores foram 50%, 14%, 8% e 28%, respectivamente. Na busca de fomentar a participação das unidades e promover uma discussão ampliada da análise do desempenho estratégico, na presente RAE foi apresentado o objetivo estratégico que possuía indicadores correlacionados que se encontram com o farol vermelho e discutidas propostas de melhoria na tentativa de alavancar os resultados, a saber: Objetivo estratégico “Otimizar a logística de materiais, bens e serviços”, indicador 54 – Número médio de dias despendidos na fase interna para realização de aquisições por pregão Eletrônico (PE). Patrícia Reis destacou que em que pese o indicador, ainda, está com o desempenho aquém do esperado a melhora foi significativa o que sugere que estamos no rumo certo. Thais Cruz, gerente do Projeto Governança de Aquisições passou informações acerca das principais entregas do projeto ocorridas no segundo quadrimestre de 2019, são elas: 1) publicação das diretrizes de contratação construídas pela Assessoria Jurídica da DG e validadas pelo Diretor-Geral; 2) reuniões com as áreas técnicas para tratar de temas específicos que geram dúvidas (exemplo: necessidade de encaminhar ou não o processo para ratificar adequação orçamentária) e 3) acompanhamento pelo EPT do trâmite dos processos de aquisição caso a caso, contactando as áreas quando verificado algum desvio no fluxo designado. A Chefe da Seção do Escritório de Processos de Trabalho disse acreditar que essas ações corretivas tomadas em casos concretos e de maneira ostensiva vão acabar gerando algumas mudanças culturais e imprimindo mais eficiência ao processo. O Diretor Geral, Douglas Eros, agradeceu os esforços envidados, demonstrando que o trabalho em equipe empreendido (SEGE, DADM, Assessoria Jurídica da DG, SELC) tem gerado bons frutos. Ana Rita Gonçalves Lara e André Luiz Moraes Mascarenhas ressaltaram que o Decreto n. 10024/2019 que regulamenta o Pregão Eletrônico terá impacto nas rotinas de trabalhos dos processos de aquisição, o que demandará novos ajustes internos. Objetivo estratégico “Otimizar a logística de materiais, bens e serviços”, indicador 65 – Índice de execução do plano de contratações. Patrícia Reis esclareceu que o indicador foi incorporado com a publicação da Resolução Administrativa n. 142/2019 que trata da terceira revisão do Plano Estratégico 2015-2020 do TRT-MG e foi a primeira vez que ocorreu sua aferição. Lembrou que o valor de 50,15% de cumprimento da meta é preocupante, uma vez que faltam poucos meses para acabar o exercício de 2019 e muitos são os processos de aquisição que precisam ser iniciados e/ou finalizados em um curto espaço de tempo. André Mascarenhas também manifestou sua preocupação e pediu que as unidades agilizem o início da tramitação dos processos sob pena da impossibilidade de conclusão e conseqüente não execução orçamentária conforme previamente planejado. A Diretora de Administração ressaltou, ainda, que o



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO**  
Gabinete da Presidência

controle que o TRT-MG está se propondo a fazer com a criação do indicador 65 é pioneiro na instituição e acredita que seu acompanhamento periódico irá contribuir para o aprimoramento das rotinas correlatas e o que se espera, é evitar o acúmulo de demandas nos últimos meses do ano como vem acontecendo sistematicamente. Ato contínuo, passou-se a apresentar os resultados das metas e indicadores nacionais sob o prisma de cada objetivo estratégico do Plano Estratégico 2015-2020 do TRT-MG, são eles: Em relação aos objetivos estratégicos “Aperfeiçoar a gestão e a governança corporativa” e “Aperfeiçoar o recrutamento e a distribuição da força de trabalho”, Patrícia Reis informou que os indicadores nacionais e institucionais vinculados IGOV, IGOVTI e IGOVPessoas não serão aferidos pelo TCU em 2019, o que poderá inviabilizar o cálculo dos resultados dos objetivos supracitados. Gilberto Atman asseverou a importância de se recalcular para que possamos acompanhar os avanços empreendidos e para tanto sugeriu que o TRT-MG faça uma aferição simulada dos índices supracitados. O Grupo Estratégico deliberou pela aferição simulada e servidores da SECOI, DTIC, DGP e EPRGOV deverão se reunir para definir os parâmetros que possibilitarão o cômputo dos indicadores. Caso não seja possível realizar a simulação, os presentes definiram pela replicação dos dados de 2018. Considerando o objetivo estratégico “Buscar a excelência na gestão do orçamento” Patrícia Reis expôs que o Indicador Nacional 2 do CSJT, Índice de Execução do Orçamento Disponibilizado, se encontra com desempenho acumulado deficitário:

Meta 2 IEOD: Índice de Execução do Orçamento Disponibilizado - Aumentar o Índice de Execução do Orçamento Disponibilizado em 4 pontos percentuais em relação à média de 2011, 2012, 2013, em 2018 (86,13%)	43,99% (57,42%), sendo desempenho 76,61%
--	--

Walter Matos disse que o desempenho tende a melhorar, uma vez que o CSJT vai bloquear os valores correspondentes ao auxílio moradia, o que impacta positivamente o resultado do índice e a aprovação do crédito suplementar e consequente autorização de remanejamento da verba de projetos (obras em Belo Horizonte, Lavras e Governador Valadares), também poderá aumentar os índices de execução do orçamento disponibilizado. Na apreciação do objetivo estratégico “Promover a qualidade, celeridade e efetividade das atividades jurisdicionais” as informações foram apresentadas primeiramente em relação ao 1º grau de jurisdição, após para o 2º grau, seguida da respectiva análise estatística dos resultados, a saber: 1º GRAU:

Meta 1: Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente			108,64%
Meta 2: Identificar e julgar até 31/12/2019, pelo menos, 92% dos processos distribuídos até 31/12/2017 no 1º e no 2º grau			100,69%
Meta 6: Identificar e julgar até 31/12/2019, 98% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2016 no 1º grau e até 31/12/2017 no 2º grau	99,58%	102,04%	



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO**  
Gabinete da Presidência

Meta 5 TMDP1c: Tempo Médio de Duração do Processo – 1ª Instância – Fase conhecimento: Reduzir o prazo médio em 4% em relação ao ano base 2017, até 2020 (166 dias)	229 dias (62,19%) Meta 166
--	-------------------------------

O estatístico, Victor Aubin, apresentou a análise estatística dos resultados, utilizando informações geradas com base em dados extraídos do sistema e-gestão entre os dias 15 e 20 de setembro de 2019. No gráfico de penderes de solução do 1º grau, fez-se um comparativo da quantidade média de processos penderes entre os anos de 2018 e 2019 e verificou-se uma queda significativa dessa média em 2019 quando comparada a 2018. Os dados referentes a distribuição dos processos penderes de solução do 1º grau por ano, observou-se que a grande maioria dos processos penderes de solução são mais recentes. A fim de melhorar o entendimento, retirou-se as observações anteriores a 2012. No gráfico de distribuição dos prazos médios (TPMD 1º grau), notou-se um grau de assimetria muito acentuado tanto para os anos de 2018 e 2019. A fim de se melhorar a visualização dos dados, excluiu-se 59260 processos do conjunto de dados. Por não apresentar um resultado significativo, não foram incluídos os indicadores solucionados e antiguidade dos penderes de solução; 2º GRAU:

Meta 2: Identificar e julgar até 31/12/2019, pelo menos, 92% dos processos distribuídos até 31/12/2017 no 1º e no 2º grau			100,69%
Meta 6: Identificar e julgar até 31/12/2019, 98% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2016 no 1º grau e até 31/12/2017 no 2º grau	99,58%	102,04%	
Meta 4 TMDP2: Tempo Médio de Duração do Processo – 2ª Instância Reduzir o prazo médio, em relação ao ano base 2017, em 2%, até 2019 (80 dias)		108 dias (65,59%) Meta 80	

Victor Aubin, expôs que em relação as informações correlatas aos penderes de solução do 2º grau, fez-se um comparativo da quantidade média de processos penderes entre os anos de 2018 e 2019 e observou-se um aumento significativo dessa média em 2019 quando comparada a 2018. No gráfico de barras da distribuição dos processos penderes de solução do 2º grau por ano, visualizou-se que a maior parte dos processos penderes de solução são mais recentes. A fim de melhorar a visualização desse gráfico, retirou-se as observações anteriores a 2012. Por não apresentar um resultado significativo, não foi incluído o indicado antiguidade dos penderes de solução do 2º grau. Analisando o objetivo estratégico “Garantir a efetividade na execução” verificou o desempenho acumulado satisfatório do índice de execução:

Meta 5: Baixar quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente	108,94%	108,94%
--	---------	---------

Na análise estatística dos dados, observou-se que para os penderes de baixa da execução do 1º grau, construiu-se um comparativo da quantidade média de processos penderes entre os anos de 2018 e



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO**  
Gabinete da Presidência

2019 e verificou-se uma queda significativa dessa média em 2019 quando comparada a 2018. Em se tratando da distribuição dos processos pendentes de baixa da execução do 1º grau por ano, observou-se que grande parte dos processos pendentes de baixa se concentrou entre os anos de 2012 e 2017. Na sequência retirou-se as observações anteriores a 2000 para facilitar a compreensão. Avaliando o objetivo estratégico “Estimular a prevenção e a conciliação de conflitos” por meio da apuração do ICONC, o desempenho acumulado está disposto no quadro abaixo e o estatístico ressaltou que por não apresentar um resultado significativo, não foi incluído o indicador conciliados.

Meta 3: Manter o percentual do biênio 2016/2017 no Índice de Conciliação na Fase de Conhecimento	94,84%		
--	--------	--	--

Já para o objetivo estratégico “Gerir demandas repetitivas e de grandes litigantes” apresentou como desempenho acumulado o seguinte valor:

Meta 7: Identificar e reduzir em 2% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior, até 2020			132,09%
--	--	--	---------

Por fim, Patrícia Reis destacou o resultado do indicador nacional 13 do CSJT índice de alcance de metas:

Meta 13 - IAM: Índice de alcance de metas: atingir e manter a pontuação entre 62 e 78% até 2020 (55%)	64% (116,36%) Meta 55%
---	---------------------------

Resumindo, a Chefe da Seção de Planejamento e Estatística esclareceu que a apuração do 2º quadrimestre de 2019 das metas e indicadores nacionais demonstrou que as metas IPJ - Índice de Processos Julgados, IPA - Índice de Processos Antigos, ICONC - Índice de Conciliação na Fase de Conhecimento, IE - Índice de Execução, o IACJ - Índice de Ações Coletivas Julgadas no 2º grau e o IRA - Índice de Redução do Acervo dos Maiores Litigantes apresentaram resultados satisfatórios. Já o IACJ - Índice de Ações Coletivas Julgadas no 1º grau apresentou desempenho abaixo do previsto, mas muito próximo do satisfatório. O Indicador Nacional 2 do CSJT - IEOB se encontra com desempenho deficitário. Os indicadores nacionais do CSJT 13 (IAM), 4 (TMDP2) e 5 (TMDP1c) apresentaram resultados satisfatórios, destacando que nos dois últimos casos, em que pese a meta não ter sido cumprida o farol foi considerado verde em razão da cláusula de barreira estipulada pelo CSJT. IGOV, IGOVTI e IGOVPessoas em 2019 não serão aferidos pelo TCU. Gilberto Atman ressaltou os bons resultados obtidos pelo TRT-MG no IGOVTIJUD, índice aferido pelo CNJ. Na sequência Bruno Torrozo reportou sobre o andamento da execução dos projetos estratégicos até agosto de 2019, sendo que 20,75% deles estavam em andamento, sem entraves; 7,55% com entraves pontuais; 5,66% em andamento com entrave grave; 32,08% dos projetos foram encerrados por estarem concluídos; 1,89% não foram iniciados, 5,66% estavam suspensos; 5,66% estavam em planejamento e 20,75% dos



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO**  
Gabinete da Presidência

projetos foram encerrados por cancelamento. O Diretor-Geral, Douglas Eros, questionou o farol “projetos estratégicos com entrave grave na execução” para o Projeto Estratégico Implantação do SIGEP. Flávia Dantês acrescentou que poucas são as entregas pendentes (situações pontuais em relação aos oficiais de justiça e indenização de transporte) e destacou que há previsão de que em novembro 100% das informações da folhawebe e a folha de pagamento atual estejam alinhadas. Bruno Torrozo esclareceu que a situação de entrave grave se dá em razão da não atualização da documentação do projeto, que previa sua conclusão para 2018. Renata Nunes, destacou que alguns entraves são motivados por entregas nacionais não realizadas. O Diretor-Geral solicitou que o EPRGOV entre em contato com a gerente do projeto para solicitar que seja formalizado os devidos ajustes no cronograma e delimitação das entregas finais. Douglas Eros aproveitou a oportunidade para parabenizar e agradecer os servidores envolvidos do Projeto Estratégico Implantação do SIGEP, ressaltando o nível de parceria que foi empreendido pelas mais diversas unidades de forma a possibilitar sua execução (SEGE, DG, SEGP, DGP, SEP, SEDP, SEPP, SES, Escola Judicial, SESIS, SEIT). Ato contínuo, a Chefe da Seção de Planejamento e Estatística reforçou a importância do preenchimento da Planilha de Acompanhamento das Metas, por exigência do CSJT e os presentes se comprometeram em enviar os dados atualizados para o email do [planejamento@trt3.jus.br](mailto:planejamento@trt3.jus.br) até o dia 10 de outubro de 2019. Em seguida, informou que está foi a última Reunião de Análise da Estratégica de 2019, agradeceu a parceria ao longo do ano e encerrou a reunião. Para constar, eu, Patrícia Helena dos Reis, , Chefe da Seção de Planejamento e Estatística, lavrei a presente ata, que vai assinada por mim e pelos presentes.

Douglas Eros Pereira Rangel  
Diretor-Geral

Telma Lúcia Bretz Pereira  
Diretora Judiciária

Márcia Cristina Utsch Moreira  
Representando a Secretária-Geral da Presidência

Ana Rita Goncalves Lara  
Diretora de Administração

Flávia Dantês Macedo Neves  
Diretora de Gestão de Pessoas



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO**  
Gabinete da Presidência

Walter Augusto de Matos  
Representando a Diretora de Orçamento e Finanças

Gilberto Atman Picardi Faria  
Diretor de Tecnologia de Informação e Comunicações

Vinicius Moreira de Lima  
Assessor da Vice-Corregedoria Regional

Denise Maria Reis Grego  
Secretária de Apoio Judiciário

Ana Helena Duarte Timponi  
Secretária do PJE, e-Gestão e Tabelas Unificadas

Enzo Giovanni Barbieri  
Coordenador da Comissão auxiliar da Diretoria do Foro de Belo Horizonte

Antônio Cláudio dos Santos Rosa  
Secretário de Controle Interno

Bruno Pereira Torrozo Souza  
Representando a Secretária de Gestão Estratégica.

**RAE 30.09.2019**

<b>DELIBERAÇÃO</b>	<b>RESPONSÁVEL</b>	<b>SITUAÇÃO ATUAL</b>
1. Servidores da SECOI, DTIC, DGP e EPRGOV deverão se reunir para definir os parâmetros que possibilitarão a aferição simulada do IGOV, IGOVTI e IGOVPessoas	O EPRGOV deverá agendar reunião com SECOI, DTIC e DGP	
2. Formalizar a solicitação de devidos ajustes no cronograma e delimitação das entregas finais do Projeto Estratégico Implantação do SIGEP	EPRGOV Gerente do Projeto Estratégico Implantação do SIGEP	